

Penalização a céu aberto, convocação à participação e protagonismo juvenil.

Acácio Augusto ¹

(Apresentado no GT 035 *Desenvolvimento sustentável, responsabilidades, resiliências e resistências na sociedade de controle*, ANPUH, 2013)

Hoje, as Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC) são tomadas como principal arma contra governos ditatoriais e a favor do que se nomeia como aprofundamento da democracia. Ao mesmo tempo, servem como meio eficaz de se mapear uma área, monitorar fronteiras, registrar e controlar a circulação de pessoas, mercadorias e informações, criar bancos de dados. São, portanto, utilizadas para articular manifestações, promover ataques a sites, realizar petições e abaixo assinados, coordenar ações de rua; mas também para espionar ações de grupos políticos, governos inimigos, monitorar a vida de cidadãos.

Com elas, expande-se o que Passeti (2004) caracteriza como *convocação à participação* e promove-se visibilidades para os temas, problemas e pessoas de variadas procedências e interesses. Pela internet, cuida-se dos interesses pessoais e dos comuns. A internet é um mundo de regras e acessos controlados e autorizados, onde não há politização possível, mas uma política que intensifica os gostos por cuidar, monitorar, reivindicar e denunciar, enfim: policiar. A disseminação dos aparelhos eletrônicos abriu a possibilidade de incluir quase tudo em um único ambiente eletrônico controlado. Isto dá a cada cidadão o poder de ser fiscal do governo, das ações na cidade, das condutas alheias. Forjam, desta maneira, subjetividades que aceitam ser controladas e que querem controlar. Realiza-se, assim, uma permuta democrática, negociando governos pela participação e incentivo ao *protagonismo* dos cidadãos.

A proposta deste texto é analisar o uso desses meios de comunicação considerando suas repercussões nos atuais movimentos de protestos planetários e suas interações nos investimentos em politização dos jovens e incentivos em protagonismo juvenil. Objetiva-se produzir uma demarcação inicial de como o protagonismo de jovens, propalado por ONGs e agências internacionais, pode ser formado, inicialmente,

¹ Pesquisador no Nu-Sol (Núcleo de Sociabilidade Libertária www.nu-sol.org). Doutorando em Ciências Sociais pela PUC-SP. Professor no Curso de Relações Internacionais da Faculdade Santa Marcelina e Professor substituto no Departamento de Política do PUC-SP.

em espetaculares movimentos de protestos planetários, contribuindo para formação de condutas políticas moderadas e policiais. Diante do que um dia se colocou como impasse da ação política de esquerda e direita, vê-se a diluição de distinções em favor da conquista de direitos, ampliação da democracia formal das melhorias de vida como resultante da ampliação das participações.

política

O campo das políticas de contestação, protestos e oposição ao capitalismo passou por transformações e mutações no final do século XX e começo do século XXI. Com a queda do Muro de Berlim (1989) e o anúncio do *fim da história*, proclamou-se a vitória definitiva do capitalismo em sua versão liberal democrática (Fukuyama, 1992), e o que se convencionou chamar de esquerda, durante o século XX (poderíamos nomear de esquerda partidária), ficou órfã com o ocaso do modelo autoritário da URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas). Do ponto de vista da política, entendida como atividade do e no Estado, a ação política parecia restrita a lamentar o mau futuro das revoluções, resignando-se à luta parlamentar para fazer com que a democracia (ou seu *aprofundamento*) levasse a pressões para a realização de maior igualdade social e econômica.

Os defensores do socialismo de partido saíam ao público para fazer exame de consciência autoritária e defesa da democracia e do *Estado de Bem-estar Social*. Esse mesmo *welfare state* em fase mutação por meio do que ficou conhecido como políticas neoliberais, muitas vezes identificadas como as políticas governamentais de Margareth Thatcher, na Inglaterra e de Ronald Regan, no EUA, na América Latina já conhecia sua versão autoritária, pelo governo do general Pinochet, no Chile. A publicação, na metade dos anos 2000, de dois cursos de Michel Foucault, proferidos no final dos anos 1970, trouxe novas possibilidades de análise dos efeitos dessas transformações recentes. Em *Segurança, território, população* (2008a) e, em especial, *Nascimento da biopolítica* (2008b), encontram-se análises dos discursos e práticas voltados ao governo e às conduções das condutas como problema político que mostram a irrelevância da distinção entre direita e esquerda, na medida em que as duas se referenciam em uma racionalidade específica de governo, instaurada pela crítica à economia política e seus efeitos diante da insistência da racionalidade neoliberal no pós II Guerra Mundial,

derivada dos encontros entre intelectuais neoliberais e sua emergência nos anos 1970. Destaque-se aqui, a nova função de polícia, mais produtora de seguridades do que uma instituição repressiva, como fomentadora de uma conduta do *cidadão-polícia* que vaza os contornos estatais, convocando todos a participar, democraticamente, de um governo de sociedade operado por aumento de penalizações e implantações de monitoramentos.

No início dos anos 1990, com o que ficou conhecida como globalização ou mundialização, essa tendência de capitalismo planetário e política neoliberal parecia ainda mais irresistível. No entanto, é possível afirmar que essas posições políticas divididas em esquerda e direita se complementavam, visto que as duas se posicionavam em relação e em direção ao Estado e não abriam mão da produção de melhorias que seriam resultantes de maior participação da sociedade nas decisões. O que se convencionou chamar de esquerda segue com certa articulação e influência política, buscando ocupar os governos de Estados (em especial nos chamados países emergentes, o BRIC) e fazer pressionar por meio da chamada sociedade civil organizada, impondo-se a tarefa de regular e regulamentar os efeitos locais dos fluxos internacionais de capitais (Zizek, 2012); enquanto o que se convencionou chamar de direita, segue defendendo as vantagens da competição e do livre mercado e a importância de governos de Estado locais com a criação de fortalecimento de institucionalidades democratizantes (Fukuyama, 2005). Reitera-se que, para uma e outra, a maior participação aperfeiçoa e inova as ações de governo e melhora, gradualmente, as condições de vida das pessoas no e do planeta (Passeti, 2007).

Nesse jogo de antagonismos, que busca ocupar o centro e ser o ator principal (protagonista), produz-se uma condição de equilíbrio no qual as práticas de governo e a inevitabilidade da política de Estado (seja para promover a segurança, seja para promover a igualdade de direitos, acessos a consumos variados e programas compensatórios) seguem como elementos imprescindíveis do atual conservadorismo, entendido aqui para além de designações escoradas em estatutos ideológicos juramentados. Tal conservadorismo expresso como política de governo de Estado se mostra como versão institucional de algo mais elementar (por isso fundamental) da política na sociedade de controle como disseminação de governos de condutas moderadas, crenças nas práticas de punição e recompensa, e expressas nos controles a céu aberto como convocação à participação, caracterizada por Passeti (2007) como *conservadorismo moderado*. Não se trata de ignorar as conformações institucionais que esse governo de sociedade possa tomar, mas localizar sua conformação como estatuto

da conduta dos sujeitos em sua ação política, apresentando-se antes como prática ordinária das pessoas. Nesse sentido, opta-se pela noção de *conservadorismo moderado* por evitar a nomenclatura política-ideológica e se mostrar como caracterização analítica da conduta de sujeitos na sociedade de controle, levando a novas institucionalidades políticas fora dos modelos disciplinares dos partidos, Estados e instituições².

Diante dessa política planetária os protestos de Seattle em 1999, que objetivavam impedir as reuniões de organismos internacionais como a OMC e o Banco Mundial, anunciavam uma nova possibilidade de ação política fora do âmbito do Estado e dos partidos, e contra a tendência globalizante do capital financeiro. Não é o objetivo neste trabalho discutir os equívocos e limites desse protesto (Carvalho Ferreira, 2002), tampouco sua rápida captura em enclaves de pressão de governo na forma do Fórum Social Mundial (FSM). Interessa indicar um efeito desses movimentos como ativação complementar em uma nova configuração política planetária em andamento. Trata-se de uma política radical que mostra sua permanência, como forma de atuação e alvos de contestação, habitando os atuais movimentos de ocupação de praças e desempenho de *indignados*.

Mais especificamente, formulam-se problemas e os protestos indicam uma possibilidade de ação política radical, contestando e confrontando a ressequida ação política voltada para centralidade de governos, ou apenas cumpre papel de formação política de protagonistas para ação ordinárias de ONGs que expandem, democraticamente, monitoramentos e penalizações? Há uma relação entre o funcionamento democrático da internet, largamente utilizado em protestos e manifestações planetárias e os cuidados e responsabilidades que se exigem, cotidianamente, dos cidadãos em suas condutas na busca de direitos e cumprimento de seus deveres?

Para isso, exige-se uma breve demarcação da internet e seus mecanismos de monitoramento, aqui associados aos controles policiais, para chegar à expansão e realização das penalizações operadas nas condutas de *cidadãos-polícia*.

² Segue, aqui, uma orientação metodológica de Foucault sobre a análise das relações de poder ao afirmar que “não se trata de negar a importância das instituições na organização das relações de poder. Mas de sugerir que é necessário, antes, analisar as instituições a partir das relações de poder, e não o inverso; e que o ponto de apoio fundamental destas, mesmo que elas incorporem e se cristalizem numa instituição, deve ser buscada aquém” (Foucault, 1995: 245).

internet e polícia

O efeito imediato da NTIC (Novas Tecnologias de Informação e Comunicação) foi o de possibilitar, simultaneamente, a rápida circulação de comunicação e maior controle das informações. Elas emergiram entre as disputas da Guerra Fria, nas salas do Pentágono do governo estadunidense e se popularizaram graças ao desenvolvimento da fibra óptica e dos computadores pessoais. Desde então, os *softwares* tornaram a produção e circulação de informações mais integrada e articulada, formando ambientes de compartilhamento, grupos de discussão eletrônicos e formação de comunidades virtuais ou as redes sociais digitais. Ao mesmo tempo, os objetos, ou *hardwares*, que *rodam* esses programas foram se tornando cada vez mais móveis (celulares, *notebooks*, *tablets*) e popularizados, ampliados pela comunicação via satélite. No Brasil, já existe um número maior de aparelhos e linhas de telefones celulares do que de pessoas: são mais de 210 milhões de linhas, para uma população estimada de 193 milhões, segundo dados da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) publicados em outubro de 2010.

A internet, por sua própria configuração técnica, é menos uma rede de pontos interligados e dependentes e mais um sistema em fluxo que promove a independência e autonomia de cada unidade receptora de informação e conteúdo. O objetivo é possibilitar, como estratégia de segurança, a manutenção ativa das unidades receptoras, mesmo que uma delas seja destruída. A partir dessa característica em sua formação, a expansão comercial para usuários comuns nas décadas de 1990 e 2000, instituiu, em pouco tempo, uma cultura da participação, na qual a principal particularidade é a capacidade de compartilhamento num ambiente comum que tende ao infinito: a própria internet ou o chamado *ciberespaço*. Para o seu funcionamento ótimo, o primeiro requisito é a disposição em participar nessa gestão do comum, e zelar por ela.

Como mostra Clay Shirky, ao comentar o trabalho do Nobel de Economia Elinor Ostrom e sua aplicabilidade em uma teoria de gestão comum no ambiente da web, “Ostrom demonstrou que, em alguns casos, o grupo que utiliza o recurso pode gerenciá-lo melhor do que o mercado ou o Estado. Esses arranjos internos do grupo baseiam-se muitas vezes em comunicações repetidas e interações entre os participantes, e num local comum a todos eles. O trabalho de Ostrom notou que essa gestão compartilhada comumente se apoiava na visibilidade mútua da ação dos participantes, no comprometimento verdadeiro como os objetivos comuns e na capacidade dos

integrantes do grupo de punir os infratores. Quando essas condições são preenchidas, as pessoas com a parte maior dos recursos podem fazer um trabalho melhor, tanto na gestão quanto no policiamento das infrações, do que os sistemas que o mercado ou o governo destinam ao mesmo objetivo” (Shirky, 2011: 103-104).

Essa proposta de gestão de recursos naturais comuns, retirada de Ostrom para ser aplicada à gestão dos recursos comuns disponíveis na internet, é suficiente para indicar em que medida pode se configurar uma horizontalização nas relações da *web*. Uma horizontalização que não prescinde de policiamentos e punições, capaz de articular essas práticas como campo de expansão da polícia. De uma polícia como cuidados entre agentes, se requer menos controles institucionalizados segurança e mais participação responsável de cada um se conduzindo como polícia do outro em ambientes seguros. No entanto, quando se diz que o Mercado não intervém nesse jogo de gestão comum, está se falando do mercado enquanto institucionalidade política e social, pois o que Shirky descreve é o próprio funcionamento de mercado como regulador de condutas segundo a racionalidade neoliberal (Foucault, 2008b), no qual o jogo de gestão participativa cria controles policiais mútuos que garantem a ordem distribuindo as funções de monitoramento e penalização entre os próprios integrantes desse comum compartilhado. Na formação do *cidadão-polícia*, isso vale para conduta eletrônica tanto quanto para a conduta social e política de agentes, confirmando, como será mais adiante a outra faceta dessa conduta policial relativa ao conservadorismo moderado (Passetti, 2007).

O mundo da internet é, portanto, um mundo de regras e acessos controlados e autorizados, governado pelos protocolos de acesso e visibilidades. Esse governo dos protocolos compõe, nos comandos da sociedade de controle, a exigências por seguranças dos sistemas, confiança nos programas e tolerância das ações (Passetti, 2004). Não há politização possível, há uma política que intensifica a articulação entre política e polícia (como prática local e conduta individual), dinamiza e intensifica os gostos por cuidar, monitorar, reivindicar, denunciar, em uma palavra: policiar.

O efeito dessa forma de atuar politicamente como polícia entre as pessoas e na relação com governos expande-se vertiginosamente com o uso cada vez mais comum dos meios de comunicação e informação instantâneas. Isto não é o mesmo que dizer as tecnologias são *essencialmente* policiais, mas indicar a forma dessa racionalidade política. A onda de manifestações e protestos, iniciada em 2011, oferece uma gama significativa de experiências e informações para questionar essa relação entre política,

contestação e uso dos meios computo-informacionais e anuncia uma via de renovação das condutas policiais nas práticas ordinárias de governos e ONGs.

a política dos protestos em vias de institucionalização

Pouco tempo após os eventos foi possível encontrar uma produção bibliográfica volumosa, em diversas línguas, que se seguiu ao arrefecimento dos protestos e manifestações. Além das informações e análises nas mídias impressa, digital e televisiva, notas-e uma produção teórica e analítica marcando os efeitos e pontos de inflexão³. Destaco, nessas análises dos protestos três características simultâneas e complementares em sua ação política: a) a difusão de protestos menores, com temas e problemas localizados, utilizando as mesmas táticas de ocupação dos chamados *indignados*; b) a intensificação da utilização e discussão acerca dos usos de tecnologias computo-informacionais *em e como* ações políticas; c) a incorporação como tema de estudos desses acontecimentos em áreas das ciências humanas.

Assim, é possível encontrar nos noticiários inúmeros simulacros de jovens acampando em praças e espaços públicos com demandas específicas, em geral nas áreas de educação, meio ambiente e produção cultural. *A Cúpula dos Povos*, evento alternativo e paralelo à Conferência da ONU, *Rio+20*, surfou na mesma onda de protestos planetários⁴. Na cidade de São Paulo, o *Vale do Anhangabaú* foi espaço para o *Acampa Sampa*, versão local do *Ocuppy Wall Street*, que repercute junto aos jovens da classe média escolarizada que frequenta os bancos universitários. Como mostra a reportagem da Folha de S. Paulo de 23 de setembro de 2012, os desdobramentos em torno das mudanças de conduta ou continuidade dos reclames *por um mundo melhor* se mostram em grupos criados a partir da experiência em 2011, como as jovens “mães do Ocupa”: garotas que ficaram grávidas durante os dias de ocupação. Segundo uma das participantes: “o nascimento de uma criança — e as responsabilidades que surgem a

³ Ver Augusto e Simões. “Movimentos de protestos e ocupações” In *Revista Ecopolítica*, Vol. 2, *Sessão paisagens*, com indicação do verbete *Insurreição*, por Edson Passetti. São Paulo: Nu-Sol/PUC-SP, 2012, em http://www.pucsp.br/ecopolitica/galeria/galeria_ed2.html, consultado em 15.3.2013. A descrição do texto, a visualização de imagens dos protestos e leitura do verbete, escritos por Sébastien Faure, são esclarecedores no que se refere às diferenças entre a política dos protestos e uma atitude anarquista de contestação, confronto e insurreição.

⁴ Cf. Augusto e Simões. “Uma verdade sustentável? Rio+20 e Cúpula dos Povos de uma perspectiva ecopolítica” In *Revista Ecopolítica*, vol. 3. São Paulo: Nu-Sol/PUC-SP, 2012, em: http://www.pucsp.br/ecopolitica/galeria/galeria_ed3.html, consultado em 15.3.2013.

partir disso — não se traduz no fim da militância. ‘Até porque’, explica a fotógrafa Luna Amaral, 21, ‘criar um pequeno ser humano é uma maneira direta de mudar o mundo’⁵.

No que se refere a um governo das condutas e/ou um governo de sociedade, a preocupação com as *responsabilidades*, individuais e do movimento, também repercute nas ações desses jovens. Como indicado na declaração da “mãe ocupa” quanto à responsabilidade de criar um filho, a preocupação com a legitimidade das ações do movimento de jovens, passa pelo reconhecimento de suas responsabilidades diante dos temas e problemas propostos, o que faz delas um variado meio pelo qual de inicia uma nova forma ação política que nega as formas tradicionais de soberania, representação e participação, mas não rompe com a própria política. Funda uma alteração e uma contestação da ordem vigente, mas estabelece outras relações com a centralidade do comando e da lei, questionando menos as formas de organização do governo e mais as maneiras como ele é exercido. Reivindica-se uma democracia de fato, diante de sua expressão como direito. De maneira que a busca por dignidade pelo que mostra de indignação, soma-se a uma conduta responsável pela busca de legitimidade diante do vazio demonstrado pela legalidade.

Essas breves indicações nos levam a estabelecer o itinerário desses protestos espetaculares planetários e suas repercussões políticas diversas como uma emergência de renovação das práticas de governo que responde ao investimento na ampliação do protagonismo político que deve começar pelos jovens. Há uma indignação inicial em relação à forma que se exerce o governo, que leva a uma participação responsável junto a uma pluralidade de forças em busca da produção de autonomia, em diversos níveis do individual à pluralidade de ações específicas. E nesse jogo de governo a internet cumpre um papel importante, pois amplia e intensifica as possibilidades de participação, direta e indireta.

Em relação ao uso e discussão dos meios eletrônicos, bastaria notar o uso de listas eletrônicas e provedora de petições públicas para pressão de governos e representações parlamentares. Segue-se um modelo análogo ao que no Brasil viabilizou, no legislativo, a votação da lei conhecida como *Ficha Limpa* (Lei Complementar 135/2010), a saber, a produção de uma iniciativa civil pública para encaminhamento de projeto de lei de iniciativa popular a ser votado pelos parlamentares. O principal

⁵ Em <http://www1.folha.uol.com.br/multimedia/videocasts/1157901-nove-meses-apos-protesto-ocupa-sampa-vive-baby-boom.shtml>, consultado em 15/12/2012.

provedor planetário dessa modalidade de mobilização é o *Avaaz, mundo em ação*⁶. Criado em 2007, seu nome significa “voz” em diversas línguas europeias e objetiva ser um instrumento de monitoramento e pressão civil de governos em todo planeta, produzindo adesão às causas em âmbito global e articulando possibilidade jurídica de institucionalização de pautas reivindicativas. No Brasil, existe desde 2012 sob a coordenação de um ex-assessor do Ministério da Justiça, Pedro Abarmoway. Trata-se de uma via de pressão que corresponde às novas institucionalizações relacionadas aos modos de governos eletrônicos já utilizados por governos inclusive para redação de leis constitucionais, como foi o caso da Islândia em 2011⁷. Também funciona como medida plebiscitária, com a diferença de, em vez de ser convocada pelo governo ou pelo soberano, como ocorria no século XX, a criação de uma demanda eletrônica permite que seja, indiretamente, convocada pela chamada sociedade civil organizada, que reconhece a autoridade soberana e que faz desta atividade uma inflexão para a participação ampliada.

Há, com isso, um deslocamento da prática política pela intensificação de um governo de sociedade pela variedade de condutas, nesse caso especificamente eletrônica, dos governados, o que mostra uma clara incapacidade de se descolar da formalização institucional e busca da lei soberana pela pressão legislativa por meio de um itinerário que compreende a indignação diante de uma ação, decisão ou conduta política, participação responsável (nesse caso eletrônica) em busca de um protagonismo e busca por autonomia. No caso da constituição islandesa é preciso notar como a participação volta-se, quase que exclusivamente, para a capacitação do governo, como forma de contenção de “governos incapazes” para o aperfeiçoamento do Estado ou para uma maior correspondência entre o que querem as pessoas organizadas e o que se institucionaliza como ação de governo ou lei de Estado.

⁶ <http://www.avaaz.org/en/>, consultado em 25/01/2013.

⁷ Que também expande, via internet, os monitoramentos policiais diretos e indiretos com incorporação de penalizações mais eficazes. Como aparece na FSP de 5.06.2011, “Cosntituição.com”. Segundo a reportagem: “As reuniões da Assembleia Constituinte são transmitidas on-line, e os cidadãos dão opinião nas redes sociais (sobretudo Facebook) a respeito da nova Carta. O resultado dessa colaboração civil será um rascunho entregue em 29 de julho [2011] para votação no Parlamento. (...) Por exemplo, foi incluída a sugestão feita por um policial de que a Constituição torne mais fácil a recuperação de propriedades roubadas. A primeira-ministra acredita que o apoio amplo da população é essencial para uma nova Carta, ‘pois [um novo texto] significa um novo contrato social’. ‘Temos todas as razões para envolver a sociedade em todas as etapas’. O produto final desse processo, para Gylfason - que culpa a corrupção bancária e o lobby da indústria pesqueira pela quebra do país- tem de ser como uma ‘barreira contra governos incapazes’”.

Estas breves descrições mostram uma tendência de rápida conformação em ações que buscam, de certa maneira, combinar a horizontalidade da internet com o fomento de uma ação política centrada nas mobilizações de jovens, atualizando e diversificando antigas práticas políticas. De um lado, torna-se objeto de um investimento em disputa pelo protagonismo juvenil, que turbinas as renovações de governo. De outro lado, intensifica, pelo protesto, a crença nos monitoramentos eletrônicos na busca por transparência e autonomia de um cidadão tomando em seu protagonismo planetário na *web*.

protagonismo juvenil e penalizações

Hoje, alardeia-se a dinâmica de uma sociedade cada vez mais veloz, de mudanças contínuas e de comunicação instantânea. Era dos *avanços* na medicina, nas pesquisas espaciais, nos mapeamentos genéticos e de espaços estendidos no sistema de produção e trabalho. Uma profusão de tecnologias que se lançam como profecias auto-realizáveis de melhorias que fomentam a política no presente. Uma das vias da produção de melhorias localiza-se em programas de cuidados e penalizações de jovens que promovem a expansão de seu protagonismo para garantia de direitos e produção de responsabilidades como forma de contenção de violências e alegadas vulnerabilidades.

Em um desses programas, o *Promenino Fundação Telefonica*, encontra-se uma definição de protagonismo que interessa a essa apresentação: “A palavra protagonismo vem de ‘protos’, que em latim significa principal, o primeiro, e de ‘agonistes’, que quer dizer lutador, competidor” (Brener, 2004)⁸. Trata-se, segundo a autora, de um termo fundamental para se desenvolver uma nova política educativa de atenção e prevenção para jovens, inclusive os ditos vulneráveis ou em situação de risco. Publicado do site da Fundação Telefonica, o texto é apresentado como referência orientadora de suas ações e programas educativos. O projeto *Pró-menino da Fundação Telefônica*, é formado por diversas ramificações, entre elas está o programa *Jovens em conflito com a lei*. Trata-se de um projeto educativo e de inclusão social, composto por diversos programas, que objetiva oferecer assistência aos jovens que vivem em situação de risco ou vulnerabilidade social. Dentre suas ramificações está o *Educarede* (projeto de inclusão

⁸ Todas as citações referente à Brener, 2010, encontram-se no artigo eletrônico, disponível para consulta em <http://www.promenino.org.br/Ferramentas/Conteudo/tabid/77/ConteudoId/5649e039-9334-482f-9431-d9059a580ad3/Default.aspx>, consultado em 20.2.2013.

digital) e o *Medida Legal* (realizado em paralelo com o programa *Jovens em conflito com a lei*, pelo ILANUD). Sendo assim, o *Promenino*, em conjunto, não se destina, exclusivamente, aos jovens considerados infratores. Atuando em cidades onde a *Telefônica* tem negócios, ou seja, em quase toda América Latina, o projeto pretende suprir carências sociais, complementando, em atuação conjunta, as políticas sociais de estados e municípios. Ele se insere em uma política de controle, contenção e assistência de jovens; uma política que atua na localidade onde mora esse jovem, buscando envolvê-lo na realização dos programas, tenha cometido um ato infracional ou não, pois, se vive em situação de vulnerabilidade, ele é um potencial infrator.

O protagonismo juvenil como eixo educativo da promoção de assistência toma o jovem “como elemento central da prática educativa, que participa de todas as fases desta prática, desde a elaboração, execução até a avaliação das ações propostas. A idéia é que o protagonismo juvenil possa estimular a participação social dos jovens, contribuindo não apenas com o desenvolvimento pessoal dos jovens atingidos, mas com o desenvolvimento das comunidades em que os jovens estão inseridos”. Com isto, objetiva produzir “pessoas mais autônomas e comprometidas socialmente, com valores de solidariedade e respeito mais incorporados, o que contribui para uma proposta de transformação social” (Brener, 2004).

Em minha pesquisa de mestrado (Augusto, 2009) descrevi o funcionamento de um programa de avaliação do Instituto Fonte sobre o *Promenino*. Nesse programa encontrei acoplamentos de outras práticas que disseminam uma cultura do gueto e que configuram os *campos de concentração a céu aberto* — esse novo fluxo do controle nas cidades, que confina as pessoas em periferias assistidas e policiadas, por meio de práticas legais e ilegais. Não se trata mais dos campos de concentração da sociedade disciplinar que existiram em quase todo planeta na primeira metade do século XX, mas de um campo sob delimitação não territorial que opera em meio aberto, móvel, transterritorial e elástico, produzindo não só a contenção física por meio do uso e ameaça da força, mas compondo práticas de assujeitamentos que fazem com que cada um ame sua condição e idolatre o lugar onde nasceu. Naquele momento, as pesquisas indicaram essa configuração em torno da noção de *campos de concentração a céu aberto*, encontrada em Passetti (2003), mas pude acompanhar, também, a proliferação de ONGs, fundações empresariais que atualizam a prática da filantropia obtendo, no Brasil, campo largo de atuação pela imensa miséria e pelas leis de incentivo fiscal que possuem sua versão mais acabada na lei das parcerias público-privadas (Lei 11.079 de

2004). Mostrou-se uma adesão dos jovens a participação no programa a ponto dos aplicadores dos questionários destinados aos *adolescentes* que cumpriram Liberdade Assistida no ano de 2005, serem os mesmos *adolescentes* que cumpriam a mesma medida no ano de 2006 (Augusto, 2009).

Hoje, reencontro a atuação da mesma *Fundação Telefonica* associada aos investimentos em educação para promoção do protagonismo juvenil. O que chama a atenção é a plasticidade desses programas que servem aos jovens considerados infratores e aos jovens que, segundo os índices de vulnerabilidade, devem ser incluídos social e digitalmente. Cecília Oliveira (2010) analisa esse investimento nos jovens e na *juventude* a partir de uma instituição parceira da *Fundação Telefonica*, o ILANUD. Segundo a autora, trata-se de uma política que se constrói em torno de uma concepção da defesa da vida humana e a da boa saúde dos jovens, o que permite ampliação de penalizações sobre os jovens tidos como perigosos na construção de um protagonismo juvenil que opera nas estratégias de governo planetário na sociedade de controle como forma de prevenção geral (Idem: 198-304).

Estranha aproximação entre jovens tomados como infratores e jovens ativistas. As políticas de prevenção contra os chamados jovens infratores operam por uma convocação democrática, participativa e, não apenas investem nas tecnologias computo-informacionais, como no caso dos programas apresentados aqui financiados e administrados por uma empresa de comunicação, tendo como alvo privilegiado crianças e jovens. As manifestações e protestos de ocupação planetários também dependem das tecnologias computo-informacionais e são realizadas, preferencialmente, por jovens. As duas exigem protagonismo como forma de produção de melhorias e garantia de direitos, como meio pelo qual se *avança* democraticamente.

A *convocação à participação* diluiu impasses e divisões binárias em termos de ação política, esquerda e direita se equivalem na disputa das variações e modulações democráticas. Nesse sentido, os monitoramentos eletrônicos filtram os fluxos caudalosos dos conflitos em função de mostrar protagonistas, seja no espetáculo midiático de protestos e manifestações, seja no funcionamento do programa de assistência e prevenção ativado por fora ou exigido por dentro no mais ermo bairro de periferia. Está em jogo reagir às indignidades, atuar com responsabilidade e produzir efeitos de autonomia, seja para um jovem considerado infrator, seja para o jovem ativista preocupado com o futuro do planeta. Para jovem mãe do *Ocupa Sampa*, para o jovem considerado infrator e para o usuário zeloso das redes sociais recomenda-se uma

moral de cuidados na convivência, física ou eletrônica, que produz uma variedade penalizações como maneira de regular essa convivência: bloqueios de conteúdo eletrônico, petições para novas leis e regulações no parlamento, cumprimento de medidas em meio aberto. Uma série ampliável que depende da disposição em protagonizar suas aplicações e funcionamentos. Dirigem-se aos jovens para que na vida adulta eles possam sobreviver como um adulto competitivo e politicamente responsável: um obediente; um democrático, autônomo e zeloso cidadão-polícia.

Bibliografia

- Acácio Augusto. *Política e polícia. Medidas de contenção de liberdade. Modulações de encarceramento contra os jovens na sociedade de controle*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC-SP, 2009.
- Adriano Belsário & Bruno tarin (Orgs.). *Copyfigth: pirataria e cultura livre*. Rio de Janeiro: Beco do Azogue, 2012.
- Branca Sylvia Berner. “O que é protagonismo juvenil” In <http://www.promenino.org.br/Ferramentas/Conteudo/tabid/77/ConteudoId/5649e039-9334-482f-9431-d9059a580ad3/Default.aspx>
- David Graeber. *Fragments de antropologia anarquista*. Tradução para espanhol Ambar Suwell. Barcelona: Virus Editorial, 2011.
- David Harvey et. al. *Ocuppy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2012.
- Edson Passetti. *Anarquismos e sociedade de controle*. São Paulo: Cortez, 2003.
- Edson Passetti. “Segurança, confiança e tolerância: comandos na sociedade de controle” In *São Paulo em Perspectiva*. Vol. 18, nº 1. São Paulo, jan./mar. 2004. Versão eletrônica em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000100018
- Edson Passetti. “Poder e anarquia. Apontamentos libertários sobre o atual conservadorismo moderado”, In *Revista Verve*, São Paulo: Nu-Sol, v. 12, 2007, pp. 11-43.
- Francis Fukuyama. *O fim da História e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- José Maria Carvalho Ferreira. “Equívocos dos movimentos sociais anti-globalização” In *Revista Verve*. São Paulo: Nu-Sol, 2002, pp. 75-89.

- Julian Assange et.al. *Cyberpunks: liberdade e o futuro da internet*. Tradução de Cristina Yamagami. São Paulo: Boitempo, 2013.
- Maria Cecília da Silva Oliveira. *As políticas de prevenção da juventude na América Latina – O caso ILANUD*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC-SP, 2010.
- Michel Foucault. “O sujeito e o poder”. In Dreyfus, Hubert & Rabinow, Paul. *Michel Foucault. Uma trajetória filosófica*. Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1995.
- Michel Foucault. *Segurança, território, população*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo, 2008.
- Michel Foucault. *Nascimento da biopolítica*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.
- Slavoj Žižek. *O ano em que sonhamos perigosamente*. Rogério Bettoni. São Paulo: Boitempo, 2012.